

As independências na América Latina nas cartas de Thomas Jefferson

PINHEIRO, Marcos Sorrilha¹

Apresentação

Existem certos personagens que possuem suas biografias vinculadas a eventos que, por mais que se faça uma constante revisão de suas vidas e obras não é possível dissociá-los. Thomas Jefferson (1743-1826) é um exemplo disso: apesar de sua notável trajetória política e de seu reconhecido gosto pela ciência, foi a sua participação na elaboração do documento de proclamação de independência de 4 de julho de 1776 que o marcou decisivamente. Este dado aparece em destaque no epitáfio que guarda o seu túmulo e, para além da morte, invade o imaginário norte-americano até os dias de hoje.

Tal sina nos serviu de premissa para o desenvolvimento de uma pesquisa que já apresentou alguns resultados preliminares. Pareceu-nos legítimo investigar sobre as reações produzidas por Thomas Jefferson diante dos eventos que marcaram a emancipação das demais colônias do continente americano. Nosso foco se resumiu ao epistolário jeffersoniano, buscando em suas cartas trechos onde compartilhou com seus contemporâneos impressões ou opiniões a respeito de tais episódios. Em um primeiro momento, dedicamos nossa atenção sobre a independência do Haiti². Naquela oportunidade, foi possível delimitar a existência de três blocos de correspondências relativos aos diferentes momentos em que se encontrava o litígio entre a colônia francesa e sua metrópole; da mesma forma, pudemos perceber os reposicionamentos de Jefferson diante da contenda à medida em que seu cargo, dentro da administração pública, ia se alterando, inclusive quando chegou à Presidência (1801–1809).

Neste primeiro estudo, o que mais nos chamou atenção foi como os destinos do Haiti apareciam sempre atrelados a problemas próprios dos Estados Unidos, ao menos nos escritos de Jefferson. No plano interno, apoiar os revoltosos contribuiria

¹ Professor Assistente Doutor do Departamento de História (Unesp-Franca).

² Os resultados preliminares da análise das cartas de Jefferson sobre o Haiti foram divulgados no *XI Encontro Internacional da Anphlac* realizado em Niterói, em julho de 2014, e podem ser acessados aqui: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/Marcos%20Sorrilha%20Pinheiro_0.pdf

para a maior participação de seus comerciantes com a ilha francesa, mas, ao mesmo tempo, um passo no sentido contrário aos interesses dos senhores de escravos da Virgínia, seu estado de origem. No cenário internacional, tal posicionamento poderia causar desentendimentos com a França – principal parceiro dos norte-americanos – e, por isso, coloca-los na rota de um indesejável conflito. O que resultou de todo este imbróglio foi que Jefferson não reconheceu a independência do Haiti, por mais que, em suas cartas, apontasse para a legitimidade de tal feito.

As independências Hispano-americanas

Neste segundo momento de aproximação às cartas jeffersonianas, dedicaremos nossa atenção aos comentários feitos sobre o processo emancipatório da Hispano América. É correto que qualifiquemos tais escritos como “comentários”, pois diferente daqueles mencionados sobre o Haiti, esses se dão em um momento da vida do personagem em que ele não mais ocupava um cargo oficial. Conforme o próprio Jefferson advertiu, “eu não tomo mais partido em nenhum desses casos, para além de emitir minha opinião” (FORD, 1905 a, p. 96).

Tal citação aparece na carta endereçada a James Monroe em 28 de Janeiro de 1809. É nela, também, que encontramos a primeira menção às independências hispano-americanas. Naquele exato momento em que redigia a missiva, faltavam apenas cinco semanas para que o terceiro presidente dos EUA deixasse o cargo rumo à aposentadoria. Neste sentido, os desdobramentos da invasão de Napoleão Bonaparte à Espanha e o iminente confronto da França com a Inglaterra era algo que estava sob a responsabilidade de seu sucessor.

De qualquer modo, tal qual já anunciamos, ainda que não fosse mais o responsável direto pelas ações de seu país, Jefferson continuaria emitindo sua opinião. Neste caso em específico, vale ressaltar, que ela foi endereçada a Monroe, seu amigo pessoal e um dos principais destinatários encontrados no epistolário de Jefferson. Foi a ele, então, a quem Jefferson advertiu que os EUA se configuravam como um excelente aliado potencial para qualquer lado da contenda que então se desenhava, tanto franceses quanto ingleses.

Por conta disso, a decisão mais acertada era que o país não tomasse partido, evitando entrar em uma guerra e limitando-se a acordos comerciais. Afinal, caso não

se envolvesse em conflitos continentais e não aumentasse os seus gastos abruptamente, no prazo de oito anos, o país pagaria suas dívidas, podendo aumentar os investimentos em sua infraestrutura ao ponto de se colocar em pé de igualdade com qualquer outra nação do mundo, inclusive militarmente.

De qualquer forma, essa visão isolacionista, recorrente nas estratégias diplomáticas dos EUA daquele período (ver PECEQUILO, 2005), não poderia ser confundida com uma alienação diante da realidade. Ao contrário, a deposição de Fernando VII por Napoleão traria consequências diretas para as colônias espanholas da América e, desde que elas fossem favoráveis aos EUA, a neutralidade deveria ser a utilizada para esse fim, conforme vemos:

Bonaparte, tendo a Espanha sob seus pés irá olhar imediatamente para as colônias espanholas e imaginar que nossa neutralidade pode ser comprada a baixo custo pela revogação das partes ilegais de seus decretos, oferecendo, possivelmente a Flórida como parte na barganha. (FORD, 1905 a, 95-96).

Nesse primeiro momento a preocupação do então presidente era com a Flórida. Jefferson via no desarranjo da Coroa espanhola uma oportunidade de anexar formalmente aquele território ao seu país. Porém, mais do que isso, tal leitura do contexto deixava nítida a sua visão de que os confrontos desenvolvidos no Velho Mundo ressoariam inevitavelmente na América, algo que estaria muito mais evidente dois anos mais tarde.

Como é sabido, em 1811, o movimento emancipatório do México e das colônias espanholas do sul do equador já apresentavam os primeiros resultados concretos (Cf. LYNCH, 2004). As juntas separatistas se organizaram nas principais cidades dos Vice-reinados espanhóis e os principais líderes começavam a se revelar. Neste momento, portanto, o conteúdo das cartas de Jefferson se torna mais específico, mudando o foco de sua atenção dos combates no velho continente para os levantes *criollos*. Sobre isso, destacamos duas cartas, uma endereçada a Alexander Von Humboldt, de 14 de Abril de 1811 e outra a Du Pont de Nemours³, de 15 de Abril de

³ Pierre Samuel du Pont de Nemours era um interlocutor francês de Jefferson desde a época em que ele viveu na França, na década de 1780. Após regresso aos EUA, trocaram cartas esporádicas. Esta, em específico, foi enviada em resposta ao colega que lhe escrevera sete meses antes. Nela discorre a respeito do modelo de taxaçoão norte-americano sobre a produção e produtos. A hispano-américa aparece como assunto paralelo.

1811. O que primeiro fato que nos chama a atenção é a proximidade nas datas de confecção das epístolas, fato que demonstra a sua real preocupação com o assunto. Conforme ele mesmo adverte à Humboldt: “é chegado o momento em que esses países tornam-se interessantes para todo o mundo” (JEFFERSON *apud* TERRA, 1959, p. 791).

De qualquer maneira, ainda que o interesse seja de fato genuíno, suas considerações ainda aparecem de forma muito prematuras e, por isso, suas opiniões são formuladas em formato de perguntas, como observamos:

Que tipo de governo se estabelecerá? Quanta liberdade eles podem suportar, sem intoxicação? São seus chefes suficientemente esclarecidos para formar um governo coeso, e seus povos para assistir a seus chefes? Se importam o suficiente para colocarem os seus índios domesticados em pé com os brancos? Todas estas perguntas você pode responder melhor do que qualquer outro (JEFFERSON *apud* TERRA, 1959, p. 791).

É preciso fazer uma pausa nesta exposição para descrevermos um pouco mais sobre o destinatário de tais interrogações e a relação que ele estabelecia com Jefferson. A amizade entre Thomas Jefferson e Alexander Von Humboldt não era nova. A fama do norte-americano na França, por conta da independência dos EUA e de seu interesse pela ciência era algo que já havia chamado a atenção da família Humboldt ainda na Europa (PARET, 1993). Por conta disso, quando de sua viagem para a América, em 1804, Alexander passou por Washington e foi recebido por importantes nomes da política norte-americana, incluindo o então presidente Thomas Jefferson.

Como bem descreve Helmut Terra (1959, p. 786) em um artigo já bem antigo, este encontro não poderia ter sido mais providencial para o chefe de Estado norte-americano, uma vez que ele ocorreu no exato momento em que o país realizava as tratativas de compra da Louisiana. Por isso, no ano de 1804 quatro correspondências foram trocadas entre os interlocutores onde informações sobre o relevo, o clima, a demografia e outros assuntos desta seara foram intercambiados⁴. De certa maneira, “o apreço compartilhado pela ciência” e a “vontade de conhecer mais a fundo sobre a geografia do continente” aproximou Jefferson de Humboldt. Ironias à parte, a verdade

⁴ Entre 1804 e 1813 Jefferson e Humboldt trocaram 12 correspondências.



é que o cientista alemão encaminhou ao amigo americano versões dos volumes de seu livro intitulado *Political Essay on the Kingdom of New Spain*. Em uma das cartas de agradecimento pelo envio de tal material, foi que Jefferson aproveitou todo conhecimento que Humboldt possuía da Nova Espanha e de seus governantes, para fazer as indagações descritas anteriormente.

De qualquer maneira, ainda que respeitasse a opinião do colega e reconhecesse o seu maior conhecimento sobre o assunto, Jefferson não esperou o retorno de sua carta para emitir um prognóstico sobre tal situação e arriscar algumas previsões sobre os passos a serem adotados pelos líderes da emancipação hispano-americana:

Eu imagino que eles irão copiar as linhas gerais de nossa confederação & governo eletivo, abolir a distinção de grau, curvar o pescoço para seus sacerdotes & perseverar a intolerância. Sua maior dificuldade será na construção do seu Executivo. Eu suspeito que, apesar da experiência da França, e dos EUA, em 1784, eles vão começar com um Diretório e, quando os cismas inevitáveis nesse tipo de Executivo levá-los para outras situações, a grande questão que os acometerá será a se desejam substituir este Executivo, por um que seja eleito, por um período de anos, para a vida, ou um que seja hereditário (JEFFERSON *apud* TERRA, 1959, 791-792).

Algo que se destaca nesse diagnóstico é o tom pessimista que o autor carrega em sua pena. Para ele, era inevitável que as independências das colônias espanholas resultassem na proliferação do despotismo naquela região. Ainda que isso não esteja claro na carta endereçada a Humboldt e tudo apareça no campo da especulação, sabemos que era exatamente isso o que Jefferson temia quando lemos a epístola destinada a Dupont de Nemours um dia depois. Como podemos ler no excerto a seguir: “temo que a ignorância degradante na qual seus sacerdotes e reis os afundaram, os incapacitem de manter ou até mesmo reconhecer os seus direitos, e que muito sangue pode ser derramado em troca de pouca melhora em sua condição” (FORD, 1905 a, 204).

Seguindo com sua interpretação, para superar tal quadro, o desafio principal dos novos governantes estaria no desenvolvimento da educação e instrução em suas localidades. Apenas elas seriam capazes de promover a saída deste estado de ignorância. Porém, tal medida deveria ser encarada dentro de uma perspectiva de longo prazo, “até que uma nova geração tome lugar, e o que ocorrerá nesse meio



tempo não pode ser previsto, nem mesmo você ou eu estaremos vivos para ver” (FORD, 1905 a, 204).

Na realidade, conforme Jefferson explicou para Dupont, em sua opinião, as colônias hispano-americanas ainda não estavam prontas para proclamar sua independência. No âmago de tais sociedades ainda não havia sido desenvolvido o entendimento sobre os seus direitos e, por isso, encontravam-se ainda em um estágio atrasado de esclarecimento. Por isso, quando questionou a Humboldt se “são seus chefes suficientemente esclarecidos para formar um governo coeso, e seus povos para assistir a seus chefes?”, a resposta que martelava em sua cabeça era clara: não.

Não podemos deixar de destacar que a leitura de Jefferson sobre o acontecimento é influenciada por uma visão teleológica e positivista do “progresso” das sociedades. No caso, as colônias espanholas ainda não haviam chegado na etapa de esclarecimento necessário para que se produzisse a deflagração de uma independência. Estavam ainda num estágio prematuro provocado pelo atraso de seus reis e pela visão limitadora de universo reproduzida pela Igreja Católica. Isso fica evidente em uma nova missiva endereçada a Humboldt dois anos mais tarde, em 6 de Dezembro de 1813, onde o autor observava:

Que eles vão se livrar de sua dependência europeia eu não tenho dúvida, mas em que tipo de governo resultará suas revoluções eu não tenho certeza. A história, assim eu creio, não fornece exemplos de povos ordenados por padres que se converteram em governos livres. Isto se configura como o mais baixo grau de ignorância, onde tanto os líderes civis quanto os religiosos conduzem as coisas conforme seus próprios interesses. [...] as diferentes castas entre seus habitantes, o seu ódio mútuo e inveja, a sua profunda ignorância da história, serão pagos por líderes ardilosos, e cada um será feito de instrumento para escravizar aos outros (JEFFERSON *apud* TERRA, 1959, p. 793).

O resultado de séculos de subjugação, má influência por parte dos padres e da ignorância de seus habitantes não poderia ser outro senão “os despotismos militares”. Porém, apesar de assim entender, Jefferson não deixava de se confraternizar com tais povos, uma vez que eles não estariam mais sob as amarras da Europa e seriam, juntamente com os Estados Unidos, “Americanos”. Apenas a ilustração, o

esclarecimento, essa crença genuína que os iluministas daquele tempo possuíam sobre a educação, é que poderiam liberta-los das amarras do passado.

De qualquer maneira, anos mais tarde, quando os conflitos no sul pareciam se encaminhar para o fim, Jefferson voltou a se dedicar sobre o assunto, agora em uma carta enviada para o ex-presidente dos Estados Unidos, John Adams. Em 22 de janeiro de 1821, comentando sobre o acordo de paz selado entre o Capitão General Pablo Morillo e Simon Bolívar, seis meses antes, Jefferson reforçou tudo o que havia dito quase uma década antes:

Eu temia desde o princípio, que essas pessoas ainda não estavam suficientemente esclarecidas para o autogoverno; e que depois de trilhar através do sangue e matança, eles terminariam em tiranias militares, mais ou menos numerosos. No entanto, como eles queriam tentar a experiência, eu desejei-lhes sucesso na mesma (FORD, 1905b, p. 199).

Assim como no princípio, não restou nada além para Jefferson do que reafirmar que o único caminho para a superação de tal realidade estava na educação de seu povo e, da mesma forma como no início dessas cartas, nada disso passava de uma “inconsequente opinião”:

possivelmente entenderão que o caminho mais seguro será uma reconciliação com a pátria mãe, que deve mantê-los juntos pela ligação única com o mesmo magistrado-chefe, deixando-lhes energia suficiente para que se mantenham em paz uns com os outros, e para o fortalecimento de seu autogoverno e aperfeiçoamento, até que estejam suficientemente treinados pela educação e hábitos de liberdade, para andar com segurança por si mesmos. [...] Veja, meu Senhor, como é fácil prescrever aos outros a cura para as suas dificuldades enquanto nós não conseguimos curar as nossas (FORD, 1905b, p. 199-200).

Depois dessa carta, Jefferson voltou a mencionar a situação dos vizinhos em algumas outras. Em 25 de Fevereiro de 1822, por exemplo, escreveu para o amigo e ex-presidente James Madison congratulando-o pelo reconhecimento dado às referidas emancipações e afirmando que, para sua surpresa, elas demoraram muito para se consolidar, uma vez que previa o fim dos combates para três ou quatro anos antes (FORD, 1905b, p. 227). Em outra oportunidade, em epístola endereçada à Monroe,



agora presidente dos Estados Unidos, em 1 de Dezembro de 1822, lamentou que o Brasil e o México tivessem optado pelo caminho da monarquia, mas que tinha esperanças de que em breve ambos recorressem ao republicanismo como forma de gerir suas nações (FORD, 1905b, p. 273-274).

Esta última carta é particularmente interessante, pois marca o início de uma troca mais intensa de correspondências com James Monroe, onde tratou de aconselhá-lo a respeito de qual deveria ser o papel dos EUA diante das novas nações americanas. Percebemos, assim, que, ainda que as cartas estejam repletas de “opiniões sem propósito”, elas são, na verdade, um importante instrumento para a construção de redes de sociabilidade pelas quais o posicionamento político e a presença do ex-presidente não deixam de existir, ainda que ele não esteja mais no cotidiano da política, embora representado por suas missivas. De qualquer maneira, esses são assuntos para outra oportunidade.

Referências Bibliográficas

FORD, Paul Leicester (org). **The Works of Thomas Jefferson**. Vol. XI. New York/London: G. P. Putnam's Sons/The Knickerbocker Press, 1905a.

_____. **The Works of Thomas Jefferson**. Vol. XII. New York/London: G. P. Putnam's Sons/The Knickerbocker Press, 1905b.

LYNCH, John. As origens das independências da América Espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. Vol. III. São Paulo: Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2004, p. 19-72.

PARET, Peter. Jefferson and the Birth of European Liberalism, In **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 137, No. 4, 250th Anniversary Issue (Dec., 1993), p. 488-497.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 2 ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

TERRA, Helmut. Alexander von Humboldt's Correspondence with Jefferson, Madison, and Gallatin, In **Proceedings of the American Philosophical Society**, Vol. 103, No. 6, Studies of Historical Documents in the Library of the American Philosophical Society (Dec. 15, 1959), p.783-806.